



1º Simulado

Pós-Edital

TJDF

Cargo: Analista Judiciário | **Área:** Apoio Especializado

Especialidade: administração

Simulado Especial

Simulado TJDF Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Administração – Pós Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJDF;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca Cebraspe.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJDF-Analista-Especialidade-Administração-01-05>

- | | |
|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 31 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 32 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 33 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 34 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 35 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 36 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 37 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 38 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 39 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 40 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 26 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 27 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 28 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 29 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 30 – A B C D E | 60 – A B C D E |

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Fabricio Dutra

01. Assinale a opção em que a frase apresenta incoerência.

- a) Crise entre poderes ganha novos contornos.
- b) A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.
- c) As crianças estão morrendo de fome por causa da riqueza do país.
- d) Não são as crises que mudam o mundo, e sim nossa reação a elas.
- e) Temos de nos tornar a mudança que queremos ver.

02. Abaixo aparecem opiniões variadas, todas elas expressas de um modo impessoal. A citação a seguir que contém elementos de personalização é:

- a) O cumprimento dos protocolos sanitários só será possível se toda a população assumir a responsabilidade e se unir em prol do benefício de todos.
- b) Entre os 15 países pesquisados, em 8 deles, inclusive no Brasil, o percentual de pessoas que evitam sair de casa é maior que 80%.
- c) Marselha, onde eu moro, tornou-se uma cidade fantasma. Esta situação é mais do que desconfortável: ela modifica a qualidade e a própria natureza da experiência do tempo.
- d) A teoria da Evolução é novamente confrontada com as teorias religiosas da retribuição e da graça.
- e) A principal precaução é manter a ordem do dia. A nossa diretriz deve ser a procura do vínculo com a natureza.

03. Assinale a opção em que o verbo destacado possui mais de uma possibilidade de flexão.

- a) O escrivo Pero Vaz de Caminha, da armada de Pedro Álvares Cabral, legou à posteridade um testemunho raro: o do encontro de dois mundos distantes numa praia sul-americana em abril de 1500.
- b) Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro.

c) Citam-se aqui provas testemunhais do primeiro nome do Brasil por boa razão: Vera Cruz jamais foi usado.

d) Depois de aceitar o batismo, a maioria dos índios fugia para o mato e retornava à vida tradicional, inclusive ao canibalismo.

e) Os acionistas, pequenos investidores, na maioria, decidiram demiti-lo em 1644.

04. No último mês de 1640, uma revolução pôs fim aos 60 anos de domínio espanhol e levou ao trono português o duque de Bragança, coroado como Dom João IV. Mas a notícia do fim da união ibérica – como é conhecido o período de submissão lusitana à dinastia espanhola dos Habsburgos – demorou a alcançar a colônia de ultramar. Os moradores da vila de São Paulo de Piratininga só tomaram conhecimento da troca de cabeças coroadas em meados de maio do ano seguinte.

A afirmativa inadequada a respeito da leitura do texto acima é:

- a) O Brasil demorou a sentir os efeitos do fim da união ibérica.
- b) A revolução aconteceu no mês de dezembro.
- c) A união ibérica foi um período de parceria e divisão do trono entre portugueses e espanhóis.
- d) A expressão ‘troca de cabeças coroadas’ apresenta uma representação metonímica.
- e) O texto é essencialmente informativo.

05. Se a lagosta é peixe porque se desloca dando saltos, então o canguru quando pula é uma ave.

A respeito da estruturação do pensamento de Paulo de Castro Moreira da Silva, assinale a opção que se mostra adequada.

- a) O termo ‘porque’ poderia grafado da seguinte forma: ‘por que’.
- b) O modo com a lagosta se desloca é apresentada por meio de uma oração subordinada desenvolvida.
- c) O termo ‘então’ é uma conjunção consecutiva.
- d) A conjunção ‘Se’ apresenta valor de causa.
- e) O trecho acima pertence ao gênero fábula.

06. Sobre o texto acima, assinale a alternativa incorreta:

- a) O termo crustáceo retoma, por coesão por hiperonímia, o substantivo 'lagosta'.
- b) A indústria pesqueira brasileira sempre valorizou a lagosta, daí o incômodo com o fato de os franceses chegarem para explorar.
- c) A expressão 'na surdina' significa 'em segredo'.
- d) Apesar de o barco ter sido logo liberado, instalou-se um mal-estar entre os dois países.
- e) Infere-se que a pesquisa não foi o real motivo da presença francesa em águas brasileiras por causa da lagosta.

07. Assinale a opção que esteja corretamente pontuada:

- a) Desde a morte da mãe, a princesa Leopoldina, em 1871, Pedro Augusto, morava com os avós.
- b) Os sete anos de regência levaram o país à exaustão. Revoltas explodiam em sequência nas províncias – a Balaiada no Maranhão, a Cabanagem no Pará e no Rio Grande do Sul, que se declarara república independente.
- c) Quando Pedro II completou, 17 anos o Paço Imperial iniciou a busca por uma noiva. Não foi fácil. A aristocracia europeia receava enviar as filhas para os novos países americanos, muito instáveis.
- d) O primeiro imperador tinha pouco estudo era grosseiro no trato pessoal, mulherengo e guiado pelas emoções.
- e) No final de 1879, o governo aumentara em 20 réis (um vintém), o preço da passagem de bonde no Rio.

08. O melhor programa econômico de governo é não atrapalhar aqueles que produzem, investem, poupam, empregam, trabalham e consomem.

Barão de Mauá

Observe a expressão destacada acima e assinale a alternativa que contém termo que se relacione sintaticamente da mesma forma.

- a) Começou o combate ao charlatanismo.
- b) O dinheiro ficou disponível para investimentos.
- c) Outro estímulo para o jovem comerciante trocar de ramo foi o fim do tráfico de escravos.

d) O jovem tornou-se sócio-gerente da empresa que trabalhava com a importação de produtos de consumo.

e) A mãe, que casou novamente, entregou o menino e a irmã à guarda de um tio, capitão da marinha mercante.

09. Ao passo que na Europa agora mais do que nunca domina a quimera de quererem criar seres humanos 'puros', quanto à raça, como cavalos de corrida ou cães de exposição, a nação brasileira há séculos assenta no princípio da mescla livre e sem estorvo, da completa equiparação de preto, branco, vermelho e amarelo.

O tema central do texto acima é:

- a) a possibilidade de um país se desenvolver sem guerras.
- b) a intolerância religiosa.
- c) o jeito brasileiro que permite o convívio pacífico de diferenças de raça, classes, pigmentos, crenças e opiniões.
- d) a questão da aceitação de refugiados.
- e) comparação entre Brasil e mundo europeu.

10. Quando ao trecho 'a nação brasileira há séculos assenta no princípio da mescla livre', o verbo 'há' pode corretamente ser substituído por:

- a) tem
- b) têm
- c) fazem
- d) devem fazer
- e) faz

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO, REGIMENTO INTERNO E LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Emerson Bruno

11. De acordo com o Regimento Interno do TJDF, NÃO constitui órgão do Tribunal:

- a) as Câmaras Especializadas.
- b) o Conselho da Magistratura.
- c) as Turmas Especializadas.
- d) o Órgão Especial.

e) a Câmara de Uniformização.

12. De acordo com a Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, o TJDFT é composto por:

- a) 40 Desembargadores
- b) 42 Desembargadores
- c) 44 Desembargadores
- d) 46 Desembargadores
- e) 48 Desembargadores

13. De acordo com o Regimento Interno do TJDFT, a Câmara de Uniformização de Jurisprudência do Tribunal é composta:

- a) pelo desembargador mais antigo das Turmas Cíveis, que a presidirá, e pelos dois desembargadores mais antigos de cada uma delas.
- b) pelo desembargador mais antigo das Turmas Cíveis, que a presidirá, e pelos dois desembargadores mais antigos de cada uma delas.
- c) pelo desembargador mais antigo das Turmas Criminais, que a presidirá, e pelos dois desembargadores mais antigos de cada uma delas.
- d) pelo desembargador mais antigo das Turmas Cíveis, que a presidirá, e pelos cinco desembargadores mais antigos de cada uma delas.
- e) pelo desembargador mais moderno das Turmas Cíveis, que a presidirá, e pelos três desembargadores mais antigos de cada uma delas.

14. Conforme previsão do Regimento Interno do TJDFT, o Conselho Especial do Tribunal é composto por:

- a) 18 Desembargadores
- b) 20 Desembargadores
- c) 21 Desembargadores
- d) 25 Desembargadores
- e) 11 Desembargadores

15. Nos termos do Regimento Interno do TJDFT, o Conselho da Magistratura é composto:

- a) pelo Presidente do Tribunal, pelo Primeiro Vice-Presidente, pelo Segundo Vice-Presidente, pelo Corregedor da Justiça e por mais 05 Desembargadores eleitos pelo Conselho Especial.
- b) pelo Presidente do Tribunal, pelo Primeiro Vice-Presidente, pelo Segundo Vice-Presidente e pelo Corregedor da Justiça.
- c) pelos cargos de direção e mais 04 Desembargadores eleitos pelo Tribunal Pleno.
- d) pelo Presidente do Tribunal, pelo Primeiro Vice-Presidente, pelo Corregedor da Justiça e mais 05 Desembargadores eleitos pelo Conselho Especial.
- e) pelo Presidente do Tribunal, pelo Primeiro Vice-Presidente, pelo Segundo Vice-Presidente, pelo Corregedor da Justiça e pelo Vice-Corregedor Geral de Justiça.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

16. A respeito dos atos administrativos, considere:

- I - O silêncio administrativo, quando referente a atos de conteúdo discricionário ou vinculado, pode ser submetido ao controle judicial.
- II - O objeto do ato administrativo pode ser discricionário, sendo que o vício nesse elemento será, em regra, sanável.
- III - Atos compostos necessitam da conjugação de vontades de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades.

Está correto o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e II, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, apenas.

17. Segundo dispõe a Lei 9.784/1999, aplicada ao âmbito distrital por força da Lei 2.834/2001, a decisão coordenada:

- a) poderá ser utilizada exclusivamente no âmbito da Administração direta, nas decisões administrativas que exijam a participação de dois ou mais setores, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- b) poderá ser utilizada em quaisquer decisões administrativas que exijam a participação de dois ou mais setores, órgãos ou entidades.
- c) poderá ser utilizada no âmbito da Administração Pública nas decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- d) poderá ser utilizada quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, sendo que sua adoção requer despacho motivado, proferido antes da decisão de mérito.
- e) será convocada pela autoridade máxima do órgão ou da entidade que tiver maior responsabilidade na condução da matéria em exame ou, na impossibilidade de sua definição, pela autoridade de mais alto nível hierárquico entre os órgãos e as entidades que participarão da decisão.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

18. O Tribunal de Justiça do Estado Alfa, ao julgar recurso de apelação, julgou válida lei local que fora contestada em face de lei federal. Nesse caso, exauridas as instâncias ordinárias e preenchidos os demais requisitos exigidos, o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado Alfa é suscetível de ser impugnado mediante:

- a) reclamação, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- c) recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;

e) recurso ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

19. Os servidores de determinado órgão do Poder Judiciário do Estado XX indignados com a não realização, pelo quinto ano consecutivo, da revisão geral anual, contrataram advogado para saber qual autoridade ou órgão deveria elaborar o projeto de lei e quais as consequências pela sua não elaboração. O advogado respondeu corretamente que a iniciativa é privativa do:

- a) governador do Estado, e a não apresentação do projeto gera direito subjetivo a indenização;
- b) Tribunal de Justiça, e a não apresentação do projeto gera direito subjetivo a indenização;
- c) governador do Estado, e a não apresentação do projeto não gera direito subjetivo a indenização, mas devem ser declinadas as razões pelas quais não propôs a revisão;
- d) Tribunal de Justiça, sendo que a apresentação do projeto é ato essencialmente discricionário, de natureza política, que não carece de fundamentação e é insuscetível de controle;
- e) governador do Estado, sendo que a apresentação do projeto é ato essencialmente discricionário, de natureza política, que não carece de fundamentação e é insuscetível de controle.

20. João e Maria, irmãos, durante um almoço de família, no domingo, travaram intenso debate sobre as características do Distrito Federal.

Ao final concluíram, à luz do previsto na CF, que:

- a) O Distrito Federal, apesar de ente federado dotado de autonomia, possui algumas estruturas de poder e órgãos que são organizadas e mantidas pela União, tais como o Poder Judiciário e as polícias do Distrito Federal.
- b) O Distrito Federal é a capital federal
- c) O Distrito Federal pode ser dividido em Municípios
- d) O Distrito Federal não possui competência concorrente, mas que pode suplementar a legislação federal no que couber.
- e) O Distrito Federal acumula as competências administrativas reservadas aos Estados e Municípios.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E DE GESTÃO PÚBLICO

Elisabete Moreira

21. O modelo de excelência predicado pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) é consagrado como um referencial para o aprimoramento da gestão nas organizações, comportando também, com as devidas adaptações, aplicação à Administração pública,

- a) que deve estar alicerçada no binômio princípios aplicáveis à Administração pública e fundamentos próprios da gestão de excelência contemporânea.
- b) que é somente aplicável a pessoas jurídicas de direito privado, ou seja, empresas públicas ou sociedades de economia mista.
- c) que é parcialmente aplicável, não comportando adoção dos critérios de excelência preconizados pela Fundação.
- d) não admitindo, contudo, a premiação, eis que o sistema de pontuação em que esta se baseia somente é aplicável a instituições privadas.
- e) afastando a incidência do regime jurídico próprio da Administração para efeito de atingimento das metas da Fundação.

22. A abordagem por processos constitui uma forma de gestão própria das organizações modernas, focada no cliente e na geração de valor. Nesse diapasão, o processo corresponde a

- a) ação dotada de singularidade e temporalidade, com objetivos, indicadores e metas definidos.
- b) grupos organizados de pessoas atuando em uma mesma atividade ou em conjunto de atividades.
- c) um conjunto de atividades inter-relacionadas que transforma insumos (entradas) em produtos ou serviços (saída).
- d) ação de natureza estratégica, indicada pela cúpula da organização como orientadora da atuação institucional.
- e) forma de treinamento e capacitação de pessoal com foco em etapas críticas do processo produtivo.

23. Com relação à gestão de projetos, analise o que se segue

- I. O gerente responsável pela administração de um portfólio conduz uma parte menor de um projeto da empresa.

II. O gerenciamento de um projeto, esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo, implica o estabelecimento de objetivos claros e alcançáveis

III. A sequência de atividades programadas com o compromisso de fornecer um resultado que não produza mudança é um exemplo de projeto, pois há encadeamento lógico entre as diferentes etapas de produção.

É correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) I e II.
- d) II.
- e) I, II, III

24. O processo de comunicação pode fluir em diferentes direções, sendo sua dimensão definida de acordo com o contexto. Em uma situação na qual os relatórios de desempenho dos funcionários são enviados para análise dos altos executivos da organização, está ocorrendo uma comunicação

- a) horizontal.
- b) descendente.
- c) ascendente.
- d) diagonal.
- e) cíclica.

25. Em determinada organização, o administrador se baseia na teoria situacional para liderar seus subordinados. Seguindo essa teoria, ao reconhecer que possui subordinados competentes e dispostos, o administrador deve assumir uma postura de

- a) direção
- b) persuasão
- c) orientação
- d) delegação
- e) participação

26. Um administrador acaba de assumir a chefia da área de operações da empresa em que trabalha. O administrador tem pouco tempo de casa e sua

promoção foi vista com desconfiança e insatisfação pelos colegas de equipe. O setor é responsável por projetos importantes de melhoria e inovação na área fim de atuação da empresa. Os membros da equipe são especialistas em suas áreas de atuação e seu trabalho é bastante valorizado pela empresa. O novo chefe entende que terá pouca liberdade para recompensar ou punir os membros da equipe.

Pelo modelo contingencial de liderança de Fiedler, na situação descrita, o estilo de liderança mais eficaz seria:

- a) orientado para o relacionamento;
- b) orientado para a tarefa;
- c) transacional;
- d) transformacional;
- e) apoiador.

27. Em uma entrevista de processo seletivo, o responsável pela seleção perguntou ao candidato o que o motiva a trabalhar na organização. O candidato respondeu: “Tenho amigos que trabalham aqui e o que me atrai é saber que o clima e o ambiente de trabalho são muito bons e há muita cooperação e interação entre os funcionários”.

Segundo a hierarquia das necessidades de Maslow, a motivação do candidato é satisfazer necessidades do tipo:

- a) fisiológicas;
- b) de segurança;
- c) sociais;
- d) de estima;
- e) de autorrealização.

28. Entre os diferentes tipos de decisões tomadas no âmbito de uma organização, existem aquelas classificadas pela literatura como “não programadas”, aplicáveis a situações:

- a) vivenciadas no dia a dia da organização, mas que demandam, para sua solução, a adoção de um processo intuitivo.
- b) não rotineiras, cuja resolução não é viável com a mera utilização do acervo de soluções disponíveis na organização.

c) que não comportam uma solução individual, demandando um processo coletivo de construção de consenso.

d) de grande impacto, porém que comportam solução com base em procedimentos sistematizados e já utilizados no âmbito da organização.

e) exógenas à organização e que demandam, para sua solução, da intervenção de um agente externo.

29. O gestor de uma determinada organização decidiu testar um novo método de avaliação de desempenho, que consistia basicamente em todos os trabalhadores, independentemente da sua posição hierárquica, serem simultaneamente avaliadores (conservando o anonimato) e avaliados. Esse método é denominado:

- a) autoavaliação;
- b) avaliação 360°;
- c) avaliação por resultados;
- d) avaliação por objetivos;
- e) avaliação pelo superior hierárquico

30. É fundamental, para as organizações, o funcionamento operacional dos estoques e o seu controle, assim como os critérios que podem ser utilizados na renovação desses estoques. Dois sistemas se apresentam como respostas básicas para operacionalizar o controle de estoques. Aquele que se baseia na determinação do momento ideal para a renovação do estoque, definido pelo instante em que o estoque de um material atinge um certo nível que sinalizará a necessidade de uma reposição, é denominado sistema:

- a) Primeiro a entrar, último a sair.
- b) “60-40”.
- c) “X-Y”.
- d) “Q”.
- e) “P”.

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

31. Ana Maria logrou êxito em concurso público para o Tribunal de Justiça de São Paulo, tornando-se servidora pública no ano de 2020. Já em seu período de estágio probatório, foi apontada como autora de uma infração disciplinar, restando como parte em um processo administrativo disciplinar.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei nº 13.146/2015), Ana Maria

- a) terá isenção de custas e seu processo correrá em rito ordinário, sem qualquer preferência sobre os demais.
- b) será beneficiária do atendimento prioritário para a distribuição preferencial do processo, unicamente.
- c) não terá qualquer tratamento dissonante no que diz respeito à tramitação do processo, à luz da igualdade material.
- d) receberá atendimento prioritário durante a tramitação de todo o processo, em quaisquer atos e diligências.
- e) terá direito ao atendimento prioritário na tramitação de seu processo se fizer requerimento formal à comissão composta para apreciar o PAD.

32. Leia o trecho a seguir:

O Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece que o desenvolvimento de produtos, ambientes, programas e serviços, seja visando seu uso por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação, ou criação de um projeto específico.

O trecho acima refere-se ao conceito de

- a) acessibilidade.
- b) desenho universal.
- c) tecnologia assistiva.
- d) mobilidade reduzida.
- e) adaptações razoáveis.

33. Pedro é estudante em uma faculdade de Direito no interior do estado de Goiás. No decorrer do semestre, desenvolveu comportamento agressivo em face de sua colega Joana, deficiente visual, praticando inúmeros atos de discriminação, induzindo e incitando seus amigos a replicarem sua conduta. Pedro, inclusive, veiculou em suas redes sociais materiais contendo fotos e vídeos de Joana, onde a expõe e discrimina por sua deficiência.

Consoante dispõe a Lei nº 13.146/15, as atitudes de Pedro

- a) são reprováveis, porém, o Estatuto da Pessoa com Deficiência não aborda atos ilícitos, de modo que não prevê nenhuma imputação de pena à Pedro.
- b) configuram discriminação em razão da deficiência, de modo que o Estatuto da Pessoa com Deficiência faz menção ao Código Penal como fonte para a aplicação da pena adequada.
- c) estão compreendidas no tipo descrito pelo artigo 88 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, com regime inicial de reclusão, pena de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
- d) caracterizam discriminação em razão da deficiência, de modo que o juiz poderá determinar, após o encerramento do inquérito policial, sob pena de desobediência, a interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na internet.
- e) restam previstas como discriminação pela Lei Brasileira de Inclusão, que também prevê pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

34. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15) estabelece que a pessoa com deficiência deve

- a) ser assistida ou representada para exercer quaisquer atos da vida civil.
- b) estar sujeita ao assistencialismo do Estado.
- c) ter assegurado o benefício de prestação continuada, independentemente de sua situação econômica.
- d) ser amparada por entidades filantrópicas, sobretudo para que se sinta útil.
- e) ser considerada uma pessoa com direitos e deveres.

35. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15) prescreve expressamente que toda pessoa com deficiência tem direito à



- a) direitos econômicos, sociais e culturais.
- b) fraternidade e direitos humanos.
- c) liberdade, igualdade e dignidade.
- d) cidadania e direitos sociais.
- e) igualdade e não discriminação.

36. Gabriela, de 8 (oito) anos, sofreu grave acidente de carro e restou com a fala e mobilidade gravemente comprometidas em consequência de lesões neurológicas.

Na iminência de retornar à escola, Gabriela deverá ter garantidos vários direitos previstos junto ao Estatuto da Pessoa com Deficiência no que tange ao direito à educação. Dentre tais previsões, destaque aquela que está em desacordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

- a) Deve observar as adaptações empreendidas para que possa participar de atividades de lazer, jogos, ou quaisquer atividades recreativas.
- b) Gabriela contará com profissional de apoio escolar, que não será o professor da educação especial, que promoverá sua assistência durante a jornada na escola.
- c) Supondo que Gabriela encontre sua sala de aula realocada para o segundo andar, e que sua escola não tenha elevador ou rampa de acesso, ela poderá receber atendimento personalizado, em ambiente específico para alunos com deficiência.
- d) A escola poderá convidar a família da discente com deficiência a participar das diversas atividades da comunidade escolar.
- e) Gabriela terá a educação assegurada em todo seu período como discente, independentemente do nível, ou modalidade de ensino.

ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS

Ricardo Campanário

37. Sobre as vantagens competitivas que uma empresa obtém com uma administração de materiais bem organizada, analise os itens a seguir.

- I. Redução de custos.
- II. Redução do volume de investimentos em estoques.
- III. Melhores condições de compra por meio de negociações com os fornecedores.
- IV. Obsolescência de materiais em estoque ao longo do tempo

Assinale:

- a) se apenas os itens I e II estiverem corretos.
- b) se apenas os itens II e III estiverem corretos.
- c) se apenas os itens I, II e III estiverem corretos.
- d) se apenas os itens II, III e IV estiverem corretos.
- e) se todos os itens estiverem corretos.

38. Um posto de saúde precisa ter uma forma de gerenciar seus estoques de medicamentos, para atender melhor seus cidadãos. Em relação à gestão de estoques, é correto afirmar que:

- a) o estoque de segurança ou isolador é indicado quando houver alta previsibilidade entre oferta e demanda do material estocado;
- b) o estoque de ciclo ocorre quando um ou mais estágios na operação conseguem fornecer simultaneamente todos os itens necessários;
- c) o estoque é criado para aumentar as diferenças de ritmo entre demanda e fornecimento.
- d) o estoque no canal de distribuição ocorre quando a matéria-prima chega à fábrica por meio de dutos;
- e) o estoque de antecipação é o mais comumente usado quando as flutuações de demanda são significativas, mas relativamente previsíveis;

39. Uma organização adota sistema de reposição contínua para o estoque de resmas de papel. O montante anual despendido com o material permite que as aquisições sejam efetuadas por compra direta, e o custo de pedido é de R\$ 150,00. O consumo mensal de resmas é, em média, de 1200 unidades, o estoque de segurança é de 500 unidades e o tempo de ressuprimento é de dez dias corridos. Na situação descrita, o ponto de pedido é (considere que um mês tem 30 dias):

- a) 400 unidades;
- b) 600 unidades;
- c) 650 unidades;
- d) 700 unidades;
- e) 900 unidades.

40. O quadro abaixo representa a planilha de movimentação de estoque de uma determinada empresa.

Semana	Demanda	Entradas	Saldo
1	2000		3000
2	1000		2000
3	1000		1000
4	1000		
5	2000	5000	3000

Qual o estoque médio do primeiro mês?

- a) 1500
- b) 6000
- c) 9000
- d) 1800
- e) 3000

41. O quadro abaixo representa a planilha de movimentação de estoque de uma determinada empresa.

Semana	Demanda	Entradas	Saldo
1	2000		3000
2	1000		2000
3	1000		1000
4	1000		
5	2000	5000	3000

Qual a cobertura do primeiro mês?

- a) 1,0
- b) 1,2
- c) 0,83
- d) 0,75
- e) 1,25

42. Uma organização adota sistema de reposição contínua para o estoque de copos plásticos. O montante anual despendido com o material permite que as aquisições sejam efetuadas por compra direta, e o custo de pedido gira em torno de \$500. O consumo mensal de copos é, em média, de 12000 unidades, o estoque de segurança é de 1000 unidades e o tempo de ressuprimento é de 15 dias. Na situação descrita, o ponto de pedido é (considere que um mês tem 30 dias):

- a) 6000 unidades;
- b) 6500 unidades;
- c) 7000 unidades;
- d) 12000 unidades;
- e) 12200 unidades.

43. Uma escola adota o sistema de reposição contínua para a manutenção dos níveis de canetas. O consumo semestral é de 180 canetas, o estoque de segurança é de 60 canetas e o tempo de reposição solicitado pelo vendedor é de 10 dias. Considerando o mês de 20 dias, os pedidos deverão ser realizados quando a quantidade de canetas em estoque for de:

- a) 150;
- b) 120;
- c) 90;
- d) 75;

e) 60.

44. Um restaurante adota o sistema de reposição contínua para a manutenção dos níveis de guardanapos descartáveis. O consumo diário é de 250 guardanapos, o estoque de segurança é de 4000 unidades e o tempo de reposição solicitado pelo vendedor é de uma semana. Considerando o mês de 30 dias, os pedidos deverão ser realizados quando a quantidade de canetas em estoque for de:

- a) 5750;
- b) 4000;
- c) 4250;
- d) 1250;
- e) 5050.

45. A classificação de materiais que coloca os itens num rol decrescente de grandeza, partindo-se dos itens mais importantes para os de menor importância chama-se

- a) curva do sistema de máximos – mínimos.
- b) sistema integrado de logística.
- c) curva de consumo de material na produção.
- d) curva ABC ou curva de Pareto.
- e) sistema de duas gavetas

46. O método da Curva ABC é uma ferramenta que permite organizar os itens de material em estoque em quantidade e valor de demanda. A relação correta, de cima pra baixo, entre a coluna da esquerda e a coluna da direita (com percentuais aproximados) é:

A - CLASSE A

B - CLASSE B

C - CLASSE C

- () 80% do valor de demanda
- () 50% do estoque
- () 20% do estoque
- () 15% do valor de demanda
- () 30% do estoque
- () 5% do valor de demanda

- a) A-A-C-B-B-C;
- b) A-B-C-B-A-C;

- c) B-A-C-C-B-A;
- d) A-C-A-B-B-C;
- e) C-B-A-A-C-B.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Gabriela Zavadinack

47. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Ao tratar sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LRF trouxe novas funções a esse instrumento de planejamento, dentre as quais encontra-se:

- a) estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública.
- b) estabelecer os limites percentuais máximos da despesa com pessoal, a serem observados por todos os entes federativos, com base na receita corrente líquida.
- c) demonstrar o comparativo da dívida consolidada e mobiliária com os limites da LRF.
- d) definir condições e exigências para transferências de recursos a entidades privadas.
- e) conter o demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais.

48. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais podem ser objeto de emendas parlamentares. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa e de operação de crédito.
- b) as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas ainda que não haja total compatibilidade com o plano plurianual.
- c) se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, os montantes relativos às emendas impositivas individuais e de bancada não poderão ser objeto de limitação de empenho.

d) quando a transferência obrigatória da União para a execução da programação das emendas impositivas individuais e de bancada for destinada a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, independerá da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal.

e) as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos os provenientes de anulação de despesa de serviço da dívida.

49. Os princípios orçamentários visam a estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. De acordo com o princípio orçamentário do(a)

a) totalidade, todas as receitas e despesas devem estar compreendidas na Lei Orçamentária Anual.

b) especificação, a Lei Orçamentária Anual não poderá conter matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa.

c) não afetação da receita, o ente público poderá vincular imposto para realizar atividades de administração tributária.

d) exclusividade, a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos adicionais e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita orçamentária, nos termos da lei.

e) orçamento bruto, a Lei Orçamentária Anual não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvados a reserva de contingência e os programas especiais de trabalho.

50. Com base na classificação da receita pública por natureza e nas definições contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª ed., julgue os itens subsequentes:

I. A receita proveniente de delegação de serviço público mediante concessão a particular classifica-se como Receita de Capital.

II. As transferências de capital são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, com o objetivo de atender despesas de investimentos ou inversões financeiras, constituindo requisito para o recebimento a contraprestação direta ao ente transferidor.

III. A receita proveniente de taxas pelo exercício do Poder de Polícia são classificadas na Receita Corrente, na origem “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”.

IV. O superávit do orçamento corrente é classificado como Receita Corrente, mas não constitui item da receita orçamentária.

a) Apenas os itens I e IV estão corretos.

b) Apenas o item III está correto.

c) Os itens I, II e III e IV estão corretos.

d) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.

e) Apenas os itens II e III estão corretos.

51. Ao final do exercício de 20X1, as receitas correntes do Estado Alfa, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida (RCL), somaram R\$ 10 bilhões. Considere, ainda, as informações do quadro a seguir:

Contribuições para PIS/PASEP	R\$ 80.000.000,00
Contribuições do servidor para o custeio do seu sistema de previdência social	R\$ 300.000.000,00
Contribuições de empregados e empregadores para o INSS	R\$ 400.000.000,00
Compensação financeira entre regimes previdenciários	R\$ 50.000.000,00
Indenização por demissão de servidores ou empregados	R\$ 15.000.000,00

Conforme os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal para se apurar a Receita Corrente Líquida, a RCL do Estado Alfa no período resulta em:

a) R\$ 9.650.000.000,00

b) R\$ 9.155.000.000,00

c) R\$ 9.170.000.000,00

d) R\$ 10.000.000.000,00

e) R\$ 9.985.000.000,00

52. A despesa pública consiste no conjunto de dispêndios realizados pelo Poder Público, a fim de concretizar suas atividades e satisfazer as necessidades públicas. Um servidor lotado na área de orçamentação e

planejamento do órgão XYZ, ao analisar despesas públicas realizadas pelo órgão, deparou-se com o seguinte equívoco com relação à classificação dos gastos:

- a) obras de conservação e adaptação de bens imóveis foram classificadas como despesa de custeio.
- b) aquisição de títulos representativos do capital de empresas já constituídas, sem aumento do capital, foram classificadas como inversão financeira.
- c) aquisição de instalações, equipamentos e material permanente foram classificadas como despesa de custeio.
- d) subvenções sociais e econômicas foram classificadas como transferências correntes.
- e) constituição ou aumento do capital de empresas que visam a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros, foram classificadas como inversão financeira.

53. No que tange aos estágios da receita e da despesa pública, é correto concluir que:

- a) O lançamento da despesa é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.
- b) A arrecadação de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria.
- c) Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensado o empenho da despesa.
- d) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- e) É permitido o empenho global das despesas cujo montante não se possa determinar.

54. O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos (receita) e de aplicações de recursos em determinado período (despesa). Quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser “efetiva” ou “não-efetiva”. Um exemplo de receita não efetiva é

- a) transferência de capital.
- b) imposto sobre a propriedade territorial rural.

- c) alugueis e arrendamentos.
- d) remuneração de depósitos bancários.
- e) amortização de empréstimos.

55. As Transferências Intergovernamentais compreendem a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente transferidor a outro beneficiário/recebedor. Em um cenário em que a União repassa valores ao Distrito Federal, decorrentes de transferências intergovernamentais constitucionais ou legais, o registro dessa transferência pelo ente transferidor

- a) não precisa ser contabilizado.
- b) deverá ser contabilizado como despesa.
- c) deverá ser contabilizado como dedução de receita.
- d) poderá ser contabilizado como despesa ou como dedução de receita.
- e) segue a mesma regra das transferências voluntárias, em que a contabilização deve ser como despesa.

56. Dispêndio extraorçamentário é aquele que não consta na lei orçamentária anual, compreendendo determinadas saídas de numerários, dentre as quais pode-se elencar

- a) inscrição em restos a pagar.
- b) resgate de operações de crédito de longo prazo.
- c) resgate de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).
- d) fianças.
- e) emissão de moeda.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

57. O Estado de Fabianolândia é proprietário de um imóvel urbano que não vem sendo utilizado e cuja aquisição se deu por meio de procedimento judicial de penhora. Por conta de sua atual inutilidade, o Estado deseja proceder à alienação desse imóvel.

De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, a contratação pretendida:

- a) deve ocorrer mediante prévia licitação, com a devida avaliação do imóvel, na modalidade convite;

- b) não necessita de licitação, tendo em vista que para a alienação de bens imóveis do Poder Público a licitação é inexigível;
- c) deve ocorrer mediante prévia licitação, com a comprovação da necessidade ou utilidade da alienação, na modalidade concorrência.
- d) não necessita de licitação, tendo em vista que para a alienação de bens imóveis do Poder Público a licitação é dispensável;
- e) deve ocorrer mediante prévia licitação, com a devida avaliação do imóvel, na modalidade concorrência ou leilão.

58. A Assembleia Legislativa do Estado de Fabianolândia pretende contratar sociedade empresária para realizar manutenção na frota de veículos utilizada na Secretaria de Saúde do Estado. O setor competente do Poder Executivo já instaurou processo administrativo tendente a viabilizar a contratação e, após cotação dos preços de mercado, verificou que o valor estimado é de noventa e cinco mil reais.

No caso em tela, de acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), a contratação:

- a) poderá se dar mediante dispensa de licitação;
- b) deverá ser realizada mediante prévia licitação na modalidade diálogo competitivo;
- c) prescinde de licitação, pois se trata de licitação inexigível;
- d) deverá ser realizada mediante prévia licitação na modalidade concurso;
- e) poderá se dar mediante a combinação das regras previstas na Lei nº 14.133/21 e na Lei nº 8.666/93.

59. Após procedimento licitatório, a Câmara Municipal de Fabianópolis celebrou contrato no valor de R\$ 6.400.000,00 (seis milhões e quatro centos mil reais) com a sociedade empresária Alfa, consistente no fornecimento de dois mil microcomputadores para a rede estadual de educação. No entanto, depois de posterior avaliação do setor responsável pela contratação, foi necessário ampliar a quantidade para dois mil e quinhentos microcomputadores, feitas as devidas justificativas e os devidos ajustes no contrato para R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais). No caso

em tela, com base na Lei nº 8.666/93, a alteração contratual é:

- a) é vedada, tendo em vista que supera os limites previstos na legislação;
- b) permitida e a sociedade empresária Alfa está obrigada a aceitar;
- c) é permitida, pois o limite para que a Administração faça a alteração é de até 50% do valor do contrato;
- d) é vedada, pois a Administração pode promovê-la apenas para modificar o regime de fornecimento dos bens;
- e) permitida, desde que tenha anuência da sociedade empresária Alfa.

60. A Secretaria de Educação do Estado de Fabianolândia celebrou contrato de prestação de serviços com entidade da Administração Indireta Federal que presta serviço público, do qual é usuária, em regime de monopólio. No caso em tela, de acordo com a Lei nº 14.133/21, o referido contrato:

- a) terá prazo de duração limitado a dez anos, sendo necessário comprovar, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação;
- b) poderá ter prazo de duração indeterminado, sendo necessário comprovar, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação;
- c) terá prazo de duração limitado a dez anos, dispensada a comprovação, a cada exercício financeiro, da existência de créditos orçamentários vinculados à contratação;
- d) poderá ter prazo de duração indeterminado, dispensada a comprovação, a cada exercício financeiro, da existência de créditos orçamentários vinculados à contratação;
- e) terá prazo de duração limitado a trinta e cinco anos, sendo necessário comprovar, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação;

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TJDFT-Analista-Especialidade-Administração-01-05>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>